

**ST10. EPISTEMOLOGIA, HISTORIOGRAFIA & LINGUAGENS**

645

**HISTÓRIA E NARRATIVA HISTÓRICA: ENTRE O VIVIDO E A REPRESENTAÇÃO***Msc. Jordan Queiroz Gomes<sup>1</sup>*

**Resumo:** O debate que inaugurou a chamada "crise" da instituição histórica nas décadas de 1970 e 1980, trazia consigo reflexões em torno da "narrativa histórica", a saber, a constatação da produção literária que envolve o conhecimento histórico. A partir desse debate, ao se falar em "retorno da narrativa", somos levados a refletir sobre questões que envolvem a "construção" da narrativa e a aproximação da história com a retórica e a ficção. Diante do que se pode chamar de leituras cruzadas, o presente artigo objetiva refletir sobre o caráter referencial da fonte histórica, "representações" do tempo produzidas pelos sujeitos em dadas temporalidades/espacialidades na produção da narrativa histórica. Em outras palavras, nosso objetivo é demonstrar a dimensão verificável do conhecimento histórico, o qual, ainda que marcado por uma construção narrativa/literária, requer o necessário diálogo com fontes que possam informar/retratar a época estudada.

**Palavras-chave:** História. Narrativa. Vivido passado.

Nas últimas décadas os historiadores foram levados a refletir sobre sua prática enfrentando as aporias que questionam a validade do conhecimento que produzem. Desde a segunda metade do séc. XX tal reflexão fora enfrentada de diversas formas, sob diversos ângulos, inicialmente analisando-se as transformações pelas quais passou a disciplina ao longo dos séculos XIX e XX. Chegou-se a tomar, neste caso, a própria disciplina enquanto objeto de estudo, inaugurando o que se costuma denominar de "história da história" que permitiu os historiadores problematizarem sua prática, (re)conhecendo por dentro a "instituição histórica", leia-se, o lugar social onde exercem suas atividades. Como diagnóstico dessa reflexão, falou-se, nesse momento, "de uma

<sup>1</sup> O autor é graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professor da Universidade Estadual Vale do Acaraú e Universidade Aberta Vida (UVA/UNAVIDA).

crise da história", iniciada na década de 1960 e dilatada entre as décadas de 1980 e 1990<sup>2</sup>.

Nesse momento, uma das questões centrais levantadas pelos críticos da história recaiu sobre a evidenciação de sua aproximação com o campo da narração, fator que, para muitos, figurava como um obstáculo para a pretensão de se produzir um conhecimento verdadeiro. Tal evidenciação questionava ser possível continuar atribuindo à história um caráter de conhecimento específico uma vez que partilhava de outras formas de escritura imaginativa, incluindo, o mito e a literatura. Ocorreu, grosso modo, uma tentativa de reduzir a história-disciplina à uma dimensão essencialmente narrativa que, nas última décadas, têm sido "o cavalo de batalha de uma extensa polêmica antipositivista com implicações mais ou menos implicitamente cépticas<sup>3</sup>" fazendo com que os historiadores abandonassem a certeza de que era possível tratar o passado tal como foi por meio da explicação histórica.

Mapear e apontar as fronteiras desse debate não é tarefa das mais fáceis. Contudo, encarado o desafio no (re)conhecimento dos limites e possibilidades de um debate extremamente marcado por conflitos, o presente artigo objetiva primeiramente rastrear os fundamentos históricos/intelectuais da "crise" e, diante de uma compilação de leituras possíveis, apontar caminhos teóricos, metodológicos e epistemológicos para lidar com tais questões. Logo, entendemos que o empreendimento levado a efeito pela "história da história", cujos desdobramentos e problematizações parecem ganhar cada vez mais profundidade nas produções historiográficas nas últimas décadas, pode assumir o desafio de discutir sobre a historicidade da chamada "crise dos paradigmas", em função da nulidade do discurso histórico internamente prenunciado, para atenuar seus efeitos diretos e indiretos sobre a história-disciplina.

Dito isto, a priori, é preciso lembrar que os argumentos da "crise na história" apoiam-se nas críticas que, no contexto pós-guerra, questionavam os fundamentos do mundo moderno profundamente alicerçado na crença do progresso científico e consequente emancipação humana num porvir previamente definido. Ou seja, a partir da década de 1960, principalmente a partir de 1968 com a entrada da linguística no campo da história - "*linguistic tur*" [giro linguístico] -, um movimento intelectual fortemente influenciado filosoficamente por Nietzsche e Heidegger, passou a denunciar as concepções baseadas numa realização histórica da razão e, "voltando as armas críticas dos estruturalistas contra as próprias ciências sociais e humanas, trataram de anunciar o 'fim' de várias possibilidades: de buscar a verdade, de um *eu* unificado, da fundamentação de sentidos inequívocos, de legitimação da civilização Ocidental, de revolucionar em profundidade as estruturas sociais<sup>4</sup>".

---

<sup>2</sup> Conferir ensaio de Chartier (2009, p. 17-20) acerca da identificação dos limites e possibilidades de construção da disciplina histórica por meio da "instituição", leia-se, "instituição histórica" que rege a "operação historiográfica". (Cf. CHARTIER, Roger. **A História ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009). Sobre as "relações de forças" operadas no campo da história a partir da identificação dos paradigmas emergentes a partir da década de 1960 ver: (Cf. GINZBURG, Carlo. **Relações de força**: história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002).

<sup>3</sup> (Cf. GINZBURG, 2002, p. 48)

<sup>4</sup> (Cf. CARDOSO, Ciro Famarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia**: ensaios. Baurú, SP: Edusc, 2005, p. 79).

Assim, na década de 1960, a "crise da história", era, em tese, resultante de uma crise que se instaurava no campo das ciências sociais como um todo, uma vez que ao apregoarem categoricamente o fim das "metanarrativas emancipadoras" - que teriam decretado a "morte do homem" quando o transformou em um sujeito/objeto por meio de uma ordem pensável no séc. XVIII - falavam na eliminação do campo disciplinar que o aprisionou, a saber, as ciências sociais. Instauraram, portanto, uma mudança de "paradigma" que gerou uma crise nas ciências sociais na qual reivindicavam a "morte das ideologias" sustentadas pelas metanarrativas, a "morte do homem" sujeito/objeto privilegiado, e a "morte" do próprio saber/poder e seus dispositivos disciplinares. "A morte do homem" - ou seja, sua eliminação como sujeito e objeto privilegiados -, se assumida como algo realmente ocorrido", implicaria na impossibilidade da "existência de ciências sociais que fossem verdadeiras ciências, em lugar de aparecerem unicamente como saberes constituídos por certos discursos delimitados quanto às esferas de saber/poder de que provenham, mas que arrogariam ilegitimamente um valor universal geral como forma de conhecimento<sup>5</sup>".

É neste sentido, por exemplo, que situa-se a crítica de Michel Foucault - tido como um dos formuladores das teses pós-estruturalistas na interlocução que faz com o pensamento de Nietzsche na década de 1960 - atingindo diretamente as ciências sociais. Partindo do campo da filosofia, Foucault afirmava que a emergência de um saber/poder e seus dispositivos disciplinares, estando em todos os lugares formando uma rede de micropoderes - tal como salientou em um projeto teórico/metodológico em torno de um exercício de arqueologia iniciado em 1961 com a "história da loucura" e radicalizado nas décadas de 1960 e 1970 em torno de uma genealogia - criara discursivamente o homem/objeto privilegiado juntamente com os mecanismos e dispositivos de sua anulação através do discurso disciplinar da razão a partir do séc. XVIII<sup>6</sup>.

Estando a serviço de um estratégico trabalho disciplinar, a eficácia das relações de poder que recaiam sobre o homem/objeto estavam centradas num movimento de ganho duplo: econômico - criava indivíduos úteis ao exercício dos meios de produção - e político - anulava sua atuação, sua rebeldia que poderia vir a promover a desordem do projeto de civilização em curso - de um saber que se instaurava: as ciências sociais. Portanto, a representação do homem/objeto na modernidade fora concebida mediante um "regime de verdade" produzido "graças a múltiplas correções" alicerçadas "na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem<sup>7</sup>".

Ao entrarem na ordem do dia dos debates e reflexões em torno das ciências sociais como um todo, tais questões "soaram" como uma avalanche dotada de ceticismo. A história não fugiu a esse movimento, uma vez que trata-se de uma dessas ciências

<sup>5</sup> Cardoso (2005, p. 73-82) mostra-nos a oposição com que as duas matrizes teóricas que explicavam e concebiam as sociedades complexas - as que enfatizavam a integração social, genericamente chamadas de funcionalistas e as teorias que tratam do conflito social - vão sofrer pelas concepções originadas no séc. XIX e difundidas no XX, notadamente pela difusão das obras de Freud e a psicanálise, do estruturalismo de derivação linguística, principalmente o Claude Lévi Strauss e Roland Barthes e as linhagens filosóficas que iam de Nietzsche a Heidegger passando por Husserl - na ênfase a fenomenologia e sua crítica - e de Kierkegaard a Sartre com as concepções existencialistas.

<sup>6</sup> (Cf. MACHADO, Roberto. **Introdução:** por uma genealogia do poder. In. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 26. ed. São Paulo: Graal, 2013).

<sup>7</sup> Cf. Foucault (2013, p. 52).

sociais que toma como objeto de estudo o devir das sociedades humanas em sua relação com o tempo. Logo, as críticas denominadas de pós-estruturalistas, no caso da história, giravam em torno da convicção de ser o conhecimento histórico útil ao homem, aventando-se o fato de que, em tese, teria-o inventado discursivamente anulando sua capacidade criativa. Falou-se, portanto, do "fim da história" dada a sua incapacidade de narrar/explicar objetivamente o devir, a experiência humana em sua dimensão temporal. Para Fontana (1998, p.10) esse panorama geral de críticas pelas quais passaram as ciências sociais entre as décadas de 1960 e 1970 atingiu diretamente a ciência histórica, para muitos, fossilizada "sob o fundo cinza de um velho saber acadêmico"<sup>8</sup>

No campo da história, os interlocutores das teses pós-estruturalistas irão se multiplicar nesse momento pós-guerra. Suas teses, contudo, encontraram a resistência de autores que defendiam(em) postura diferentes. De fato, entre as décadas de 1960 e 1970, verifica-se a configuração de uma verdadeira "relações de forças" - que atravessa os nossos dias - no campo historiográfico que colocavam, grosso modo, num campo de disputas intelectuais opostas, os defensores das posturas pós-estruturalistas, ou como diria Ginzburg (2002), de um "estruturalismo retórico", e os defensores de um certo "realismo" na história que advogavam em torno do caráter científico do conhecimento histórico em sua dimensão verificável. Chartier, em um breve ensaio intitulado "A história, entre o relato e o conhecimento", mostra-nos, por exemplo, que entre fins da década de 1960 e 1970 a evidenciação das dimensões retórica e narrativa da história designava-se de três obras fundamentais, sendo elas "Comment on écrit l'histoire" [Com se escreve a história], de Paul Veyne (1971), "Metahistory" [Meta-história], de Hayden White (1973) e "L'Écriture de l'Histoire" [A Escrita da História] de Michel de Certeau (1975)". Obras que, temporalmente escritas de forma sucessória, denotam essa "relação de forças" que o campo do conhecimento histórico enfrentava num contexto em que visivelmente opunham-se posturas que encaravam diferentemente a aporia da produção do conhecimento histórico<sup>9</sup>.

De certo, a partir desse momento, a história não mais rejeitaria sua dimensão narrativa<sup>10</sup>. Embora, no caso dos dois primeiros autores (Veyne e White), há como que

<sup>8</sup> Para Fontana (1998, p. 10-12) a mudança de panorama na ciência histórica a partir da década de 1980 - mais precisamente a partir da chamada "crise de 1889" - evidencia a busca por novos enfoques metodológicos para romper com as críticas que minavam a disciplina desde a década de 1960. Foi neste sentido, por exemplo, que ocorreu "o deslocamento da história Social para a cultural" já na década de 1960, dentro do próprio programa dos Annales. Esse novo panorama marcado pela dispersão representou, para Françoise Dosse, o esmigalhamento da história (Cf. FONTANA, Josep. História depois do fim da História. Bauru, SP: Edusc, 1998). Contudo, creditamos muito mais num esforço - tomado por vias metodológicas - para reafirmar o lugar da história enquanto um campo de conhecimento possível. Neste aspecto, pode-se acrescer a leitura da propositura metodológica da micro-história italiana na esteira de Ginzburg e Levi como, como exemplo de como um programa de pesquisa procurou reafirmar que a história figurava como um conhecimento possível frente às incertezas teóricas e metodológicas da década de 1970. Sobre a propositura da Micro-História ver: (Cf. LEVI, Giovanni. Sobre a Micro História. In. BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992; e (Cf. GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo, Companhia das Letras, 2007).

<sup>9</sup> Chartier (2009, p. 11).

<sup>10</sup> Essa constatação estaria ligada ao resultado do "inventário das alterações operadas na moda da atividade de historiador" produzido por Lawrence Stone na década de 1980 que permitiu falar de um "Retour au récit" [Retorno à narrativa], embora, neste momento, o debate não tivesse ainda sido

uma tradução das hipóteses pós-estruturalistas em muito levadas a uma leitura radical e cética quanto a confiabilidade do conhecimento histórico. Veyne, por exemplo, afirmou que a história "é, antes de tudo, um relato e o que se denomina explicação não é mais que a maneira de a narração se organizar em uma trama compreensível"<sup>11</sup>. Ou seja, um tipo de relato propenso a falseamentos cujo sentido reside na tentativa de convencer o leitor. White, por sua vez, parece radicalizar ainda mais o debate ao afirmar que o discurso histórico, cujos conteúdos são inventados e descobertos, é uma forma de operação para criar ficção. Com isso, White propunha identificar, em sua obra (1973), "as formas estruturais profundas da imaginação histórica" aproximando, neste caso, a história com outras formas de narrativa, incluindo, a literatura, o mito e a ficção.

Para Ginzburg, White juntamente com Barthes, foram os principais nomes divulgadores das teses pós-estruturalistas após a década de 1970. Para ele, ao remontarem em substância as críticas de Nietzsche, é possível associar seus pontos de vistas mediante pressupostos que, no conjunto, figuram de forma mais ou menos explícitas e giram em torno da retórica aplicada à história, seus objetivos e limites. Assim, creditam que "a historiografia, assim como a retórica, se propõe unicamente a convencer; o seu fim é a eficácia, não a verdade; de forma não diversa de um romance, uma obra historiográfica constrói um mundo textual autônomo que não tem nenhuma relação demonstrável com a realidade extratextual à qual se refere" ou seja, afirmam que "textos historiográficos e textos de ficção são auto-referenciais tendo em vista que estão unidos por uma dimensão retórica"<sup>12</sup>.

Em síntese, por traz da crítica de White e Barthes reside a desconfiança das teses pós-estruturalistas quanto a ideia da "presença", ou da apresentação do vivido passado por meio da narrativa histórica em favor da representação discursiva desse passado. Ou seja, criticam a convicção de que a experiência imediata do vivido seja apreendida diretamente nos objetos, leia-se, apresentada nas "coisas" - que os historiadores transformam em fontes. Criticava-se, portanto, a crença na apreensão imediata da "coisa", do fato, leia-se, da realidade, em função de sua representação, ou seja, de sua relação com o signo, com a linguagem, com a interpretação, permitindo-se interpelar

---

problematizado em profundidade. Para Hartog (2011, p. 175-176) a ideia de um "retorno" da narrativa se deu, primeiramente, pelo fato de que os Annales rejeitaram, durante muito tempo, a aproximação com uma história-narrativa de puro fato - historizante - tributária dos acontecimentos [*événementielle*] na crítica que faziam a escola metódica. Cabe destacar, neste caso, a crítica de Lucien Febvre, "que pretendia levar ou reconduzir a história para o lado da ciência viva, mas de modo algum, aproximá-la da narrativa de ficção, tampouco dissolvê-la nessa narração" na rejeição as postulações obsoletas e ingênuas da ciência de base positivista. Hartog aponta que, mesmo nessa crítica dos annales direcionada à narrativa, o principal alvo do debate girava em torno da rejeição ao "acontecimento" e sua apreensão essencialmente narrativa - uma forma particular de história-narrativa- o que deixou intacta a questão da narrativa e sua aproximação e implicações ao campo do conhecimento histórico. Daí é possível falar não em um abandono da narrativa, mas como prefere Ricoeur, referir-se a um "eclipse" da narrativa em função de como o debate sobre o caráter narrativo da história ficou durante muito tempo "velado", silenciado pela historiografia. (Cf. HARTOG, François. **Evidência da história**: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011).

<sup>11</sup> Veyne (1971, p. 67)

<sup>12</sup> Ginzburg (2002, p. 69) refere-se a Roland Barthes como um dos intelectuais divulgadores das teses pós-estruturalistas na década de 1960 na defesa da redução da "historiografia à retórica" e na consequente identificação do retorno da retórica ao debate intelectual.

que a realidade seja uma construção, um produto da invenção humana. Era como se, provocativamente, se afirmasse que "o fato limita-se a uma existência linguística"<sup>13</sup>.

Afirmam, neste caso, que há uma brecha entre a existência do passado e sua representação que é preenchida pela linguagem, pelo "dito" - discurso - do passado. Reside aí o fato de que para White, "a história não é uma ciência porque não é realista, o discurso histórico não apreende um mundo exterior, porque o real é produzido pelo discurso". A história é tida como um discurso, uma interpretação produzida mediante fatos que são apreendidos, interpretados, "ditos" no passado e, neste caso, "o que o historiador produz são construções poéticas. É a linguagem que constitui o sentido. A história é uma representação narrativa de representações-fontes"<sup>14</sup>. Tratava-se de uma interpelação vista perigosamente pela instituição histórica notadamente pelo efeito devastador com o qual atingia a prática dos historiadores. Uma crítica mordaz na qual questionava-se a forma como os historiadores exercem sua atividade, ou seja, problematizando o conhecimento que produzem (epistemologia) e a forma como produzem (metodologia).

O caso de Arnaldo Momigliano, citado por Ginzburg, traduz a forma inquietante com que tais afirmações foram recepcionadas pelos historiadores no curso das décadas de 1970 e 1980. Neste aspecto, é lúcida a argumentação de Ginzburg no sentido de tomar como ponto de partida a reação vigorosa de Momigliano "contra a tentativa de Hayden White, Peter Munz e outros estudiosos de considerar os 'historiadores, da mesma forma que todos os outros narradores, como retóricos que podem ser caracterizados por seu tipo de discurso'", para fazer-nos lembrar que desde a antiguidade retórica e prova não figuram em dimensões antinômicas, ao contrário, estão indissociavelmente ligadas. Aliás, tal como Momigliano, Ginzburg sustenta a tese de que "encontrar a verdade é ainda o objetivo fundamental de quem quer que se dedique à pesquisa, inclusive os historiadores"<sup>15</sup>.

Estava claro que o desafio lançado aos historiadores giravam em torno de uma dúvida que colocava em xeque as ambições científicas de sua prática fazendo com que procurassem formular outros caminhos epistemológicos e pressupostos metodológicos para superar tal crise. Em tese, tratavam-se de questões há muito veladas pela historiografia e que figuravam como um "não dito" da prática historiadora. A partir desse momento, é possível afirmar que a história-disciplina começou a passar por um profundo momento de reflexão que tendeu a encarar a instituição por dentro, ou, para parafrasear Certeau, era preciso tomar consciência de que "antes de saber o que a história diz de uma sociedade"<sup>16</sup> é necessário saber como ela - a história - funciona por dentro. Era necessário entender o que o historiador produz e como o produz, para poder advogar em função de sua prática. Tratava-se de uma exigência inadiável.

Neste aspecto, a obra de Certeau talvez tenha sido a primeira a formular, por parte da historiografia, um conjunto de questões e reflexões que atendiam diretamente a

<sup>13</sup> Para Hartog (2011, p. 184) a frase de Roland Barthes sintetiza o ceticismo intelectual promovida pelas indagações feitas pela linguística sobre o signo e a representação na década de 1960.

<sup>14</sup> Conferir considerações de Reis (2010, p. 64) sobre White e a história. (Cf. REIS, José Carlos. O desafio historiográfico. Rio de Janeiro: FGV, 2010).

<sup>15</sup> Conferir Ginzburg, (2002, p. 61).

<sup>16</sup> Ver Certeau (1975, p. 78),

este chamado. Como salientou Chartier (2009), já em 1975, Certeau formulava, em termos epistemológicos, respostas às inquietantes perguntas: "o que *fabrica* (grifo do autor) o historiador, quando ele 'faz história'? Em que ele trabalha? O que produz?". As perguntas de Certeau eram, de fato, inquietantes e apontavam para áurea cética que tomava conta do *estabeleshiment* acadêmico. Porém, como salientou Revel, eram questões pertinentes "no momento em que na disciplina um 'despertar epistemológico' atestava, "por várias frentes, uma urgência nova"<sup>17</sup>. Certeau, foi, portanto, um dos primeiros intelectuais a promover uma reflexão mais profunda sobre tais questões sendo sensível a ideia de que a história configurava-se enquanto uma linguagem sobre o passado permitindo que as sociedade, ou os sujeitos no tempo, tomem consciência de sua condição histórica. Chegou, com isso, a reafirmar a condição narrativa da história, ponderando, contudo, que "o discurso histórico pretende dar um conteúdo verdadeiro (que vem de verificabilidade), mas sob a forma de uma narração"<sup>18</sup>.

Certeau reconhecia não apenas a dimensão narrativa da história, mas promoveu uma tomada de consciência que evidenciava a brecha existente entre o passado e sua representação literária (historiadora), o que não eliminaria a pretensão de verdade do discurso do historiador. Ele reafirmava, diante das prerrogativas que questionavam a condição própria do conhecimento histórico, a capacidade do saber crítico produzido pela disciplina que apoia-se, segundo propõe-nos mostrar, em operações específicas. Um status de conhecimento científico é depositado no discurso do historiador, pois trata-se de um discurso que produz enunciados "científicos", se se entender por esse termo a "possibilidade de estabelecer um conjunto de regras que permitam controlar operações proporcionais a objetos determinados" (Certeau, 2010, p. 64).

Para Dosse (2012) a entrada da história na operação historiográfica, releva a ideia de um "contrato de verdade" que se deve preservar, pois, baliza a constituição do próprio discurso histórico. Com isso, Certeau rompia, em tese, com a aporia que questionava a validade do conhecimento histórico reconhecendo sua aproximação com o campo narrativo sem negar sua credibilidade. Para Chartier (2009, p. 15) Certeau foi, sem dúvida, o historiador mais atento às propriedades formais do discurso histórico, colocado e diferenciado dentro das classes do relato. Certeau "demonstrou como a escritura da história, que supõe a ordem cronológica, o fechamento do texto e o recheio dos interstícios, invertendo o procedimento da investigação, que parte do presente, que poderia não ter fim e que se confronta sem cessar com as lacunas da documentação". Assim, para Chartier (2009) tanto Certeau quanto Ginzburg parecem comungar com a ideia de que o conhecimento e o relato histórico, prova e retórica, saber crítico e narração estão associados não figurando em campos opostos.

Na operação historiográfica, escreve Chartier, "demonstrou também que, diferentemente de outros relatos, a escritura da história está desdobrada, folheada, fragmentada: 'coloca-se como historiográfico o discurso que 'compreende' seu outro - a crônica, o arquivo, o documento - quer dizer, aquilo que se organiza folheado, do qual, uma metade, contínua, se apoia sobre outra, disseminada, e assim se dá o poder de dizer

<sup>17</sup> Ver considerações de Revel (2010, p. 145) sobre Certeau. (Cf. REVEL, Jacques. **História e historiografia: exercícios críticos**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010).

<sup>18</sup> (Cf. CERTEAU, 1975, p. 110)

o que a outra significa sem saber". Para tanto, o historiador usa de "marcas exteriores" (fontes) que, acredita remeter a apreensão da experiência primeira do outro no tempo sendo expressa na forma de linguagem. Daí, já em Certeau, a narrativa (escrita) reabre o passado (outro) no presente, permitindo que, ao ser inteligível, o historiador lance especulações futuras, face às novas interpretações (objetividade incompleta) que possa a ele fazer.

Paul Ricoeur recupera declaradamente as considerações de Certeau sobre a noção de "operação historiográfica" na segunda parte de seu livro - A memória, a história, o esquecimento (2000) - dedicado a epistemologia do conhecimento histórico para retomar muitos dos pontos inerentes a aporia do tempo e da narrativa encarados primeiramente na década de 1980. Cabe lembrar que Ricoeur, filósofo associado a tradição hermenêutica, foi um dos primeiros intelectuais a se dedicar e promover uma reflexão mais intensa sobre a questão da narrativa e sua relação com a história na década de 1980 - a trilogia de tempo e narrativa é lançada entre 1983 e 1985. Em tempo e narrativa (*Temps et récit* - 1983-1985), cuja tese central é a de que "não há experiência histórica no tempo que não seja narrada" e, "correlativamente, a narrativa torna o tempo da experiência humana histórica"<sup>19</sup>, Ricoeur considera a aproximação entre história e ficção "para chegar à conclusão de que seria impossível existir história sem um vínculo, por mais tênue que fosse, com a narrativa"<sup>20</sup>. Está é a questão central que se apoia na hipótese do tempo irrepresentável, a não ser quando se considera o vínculo mínimo que seja entre história e narrativa cuja hipótese principal é a de que seria impossível haver tempo pensado, lida-se, representado, que não seja narrado.

As teses de Ricoeur publicadas em "tempo e narrativa" foram, na época, rejeitadas pela comunidade de historiadores, ao que sugere Dosse (2001, p. 72/73), "satisfeita consigo mesma, acomodada no conforto do triunfo público da escola dos Annales, depois de rebatizada de 'nova história', apresentando a natural tendência a rejeitar qualquer diálogo com a filosofia, em nome mesmo da profissão de historiador"<sup>21</sup>. Foi Michel de Certeau o primeiro a discutir as teses de Ricoeur e, para Dosse, "embora ambos estivessem de acordo quanto a importância da narrativa, é perceptível a diferença de sensibilidade, no tópico escala das narrativas possíveis, entre Paul Ricoeur, que insiste no retorno das grandes narrativas, e Michel de Certeau, que se felicita pela multiplicação das narrativas atomizadas". Este último aspecto aproxima Certeau com um certo ceticismo refutado por muitos historiadores.

De um modo ou de outro, a apropriação das ideias de Certeau por Paul Ricoeur são claras e elucidativas para o romper, em chave histórica, com as aporias lançadas pela crise da história entre as décadas de 1960 e 1980. Aliás, no caso de Ricoeur, salienta Chartier (1988, p. 258), que um de seus primeiros méritos é "romper com a tradição dos historiadores franceses que consiste em recusar as intervenções de filosofias da história, entranhadas a prática histórica: 'ele aglutina certo número de obras

<sup>19</sup> Ver considerações de Gentil (2010, p. XI) acerca da tese de Ricoeur.. (Cf. GENTIL, Hélio Sales. Introdução. In. RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Vol. I. A Intriga e a narrativa histórica. São Paulo: Editora WMF, Martins Fontes, 2010).

<sup>20</sup> Conferir Hartog (2011, p. 175).

<sup>21</sup> (Cf. DOSSE, François. **A história à prova do tempo**: da história em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo, Editora UNESP, 2001).



históricas... para integrá-las numa reflexão filosófica sobre a história". É neste sentido que "A escrita da História" de Certeau torna-se fundamental na propositura epistemológica de Ricoeur aplicada ao campo da história. Dosse lembra ainda que, segundo Chartier, outro mérito de Ricoeur é "demonstrar que o discurso do historiador pertence à classe das narrativas e, por isso, situa-se, por um lado, numa relação de proximidade particular com a ficção e, por outro, na impossibilidade - ao contrário do que por muito tempo se acreditou nos Annales - de romper com a narrativa para construir um discurso puramente formalizável, nomológico<sup>22</sup>". Postura, em tese, já assumida por Certeau em 1975.

No caso de "A memória, a história, o esquecimento" (2000), ao dedicar a segunda parte da obra à epistemologia da história, Ricoeur preocupa-se em descrever e defender as diferenças fundamentais entre história e memória tal como aparecem nos momentos distintos da operação historiográfica em suas três fases que representam traços operatórios indissociáveis na prática do historiador, a saber, a fase documental, explicativa e escriturária<sup>23</sup>. Ao distinguir a memória e a história, procura romper com a aporia que questiona a confiabilidade do discurso histórico por duas vias argumentativas. Na primeira, faz ver a necessária inserção da história-disciplina nas fases da "operação historiográfica". Neste caso, reafirma que a noção de "operação historiográfica" é o campo epistemológico que orienta a prática do historiador, dotando-a de um valor universal. A "operação", neste caso, assegura o conhecimento histórico como possível.

Neste aspecto, ao tratar da noção de representação historiadora para se referir à escrita da história, Ricoeur faz-nos notar, por um lado, que toda representação (re)apresenta "algo" e que, este algo, traduz certa percepção com que os sujeitos históricos apreendem a realidade construindo identidades e vínculos sociais, por outro lado, ela é a própria forma com que os historiadores captam tal recepção. A representação é, na leitura de Ricoeur, ao mesmo tempo objeto e parte fundamental da própria operação historiográfica. Apesar disso, ele irá privilegiar a noção de representância [*représentance*] em vez de representação para designar a relação entre a narrativa histórica e a apreensão do "passado real", ou, do vivido passado. A representância traduz-se, assim, com a "capacidade do discurso histórico para representar o passado". Dessa maneira, "empreende-se a indicação relativa à parte de construção - a narrativa traz à linguagem um análogo ('o ser como do acontecimento passado')<sup>24</sup>". A noção de representância é, portanto, uma chave para distanciar suas proposições epistemológicas das teses levantada pelos críticos da história, a exemplo de White<sup>25</sup>.

<sup>22</sup> Conferir leitura de Dosse (2001, p. 74) acerca do "esboço de um debate" no qual mapeia as contribuições de Ricoeur ao campo da história e as interlocuções que a historiografia francesa, na esteira de Chartier, irão fazer com o debate promovido pelo livro tempo e narrativa.

<sup>23</sup> Leia-se em Chartier, (2009, p. 21).

<sup>24</sup> Ver Hartog (2011, p. 184).

<sup>25</sup> Ricoeur (2007, p. 263-270) reconhece as contribuições de Hayden White para "pensar os recursos propriamente retóricos da representação histórica", embora reconheça que "não se trata de uma contribuição para a epistemologia do conhecimento histórico, mas de uma poética cujo tema é a imaginação, mais precisamente a imaginação histórica". (Cf. RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp 2007).

Contudo, reconhecendo-se a aproximação do debate torno da noção de "mimese", a pergunta poderia persistir: como creditar na representação histórica do passado? Para responder a esta questão, Ricoeur, propõe um outro caminho pouco conhecido pelos historiadores, fazendo-nos (re)conhecer uma certa "hermenêutica da condição histórica do ser" levando-nos a creditar na existência do passado "tal como assegura o testemunho da memória". Nessa leitura é possível afirmar que o passado torna-se inteligível no presente tomando a linguagem como comunicação: afinal, os sujeitos ao longo do tempo aprenderam a se comunicar através da linguagem deixando para posteridade marcas de sua experiência vivida no passado. É bem verdade que a linguagem não é capaz de reconstituir a experiência temporal em toda sua extensão e complexidade, mas, é capaz de exteriorizar os sentidos de parte da experiência vivida em um dado tempo. Ela - a linguagem - ilumina, assim, a solidão a qual denuncia que uma experiência vivida por alguém não pode ser transmitida tal como ocorreu para mais ninguém.

Para Ricoeur, “algo se transfere de uma esfera de vida para outra. Este algo não é a experiência vivida, mas sua significação. A experiência vivida, como vivida, permanece privada, mas o seu sentido, a sua significação, torna-se pública”. Processada por meio de uma incursão na linguística, a comunicação opera sobre “a superação da radical não comunicabilidade da experiência vivida enquanto vivida”<sup>26</sup>. A linguagem, neste caso, como comunicação do ser, expressa um duplo agenciamento: de uma realidade que não está previamente configurada, mas significada, e a de uma experiência singular que exige visibilidade e partilha. Uma chave para romper com certo realismo absoluto de matriz positivista, sem, contudo, cair no ceticismo radical quanto a não confiabilidade da representação histórica. Tomando a comunicação como um fato, constata-se que, ao se comunicarem uns com os outros, os sujeitos sociais encontram, nessa comunicabilidade, mais do que uma fórmula para romper a solidão da incomunicabilidade: fazem do mundo social, um mundo “intersubjetivamente compartilhado”. Através da linguagem (narração) a “experiência privada se faz pública”<sup>27</sup>.

As *significações* que são atribuídos à *realidade* fazem com que uma experiência social seja narrada de modo que os eventos experimentados pelos contemporâneos - como um conjunto de fatos - adquiram uma unidade de sentido que é transferida de geração em geração reproduzindo um acontecimento a ela contemporânea<sup>28</sup>.

---

<sup>26</sup> Veja-se em Ricoeur (2009, p. 30), sobre (Cf. RICOEUR, Paul. **Teoria da Interpretação: O discurso e o excesso de significação**. Reimp. – Biblioteca de Filosofia Contemporânea; 2ed. ISBN. 978-972-44-1573-4. 2009).

<sup>27</sup> Ricoeur, (2009, p. 34)

<sup>28</sup> Ver os conceitos de “horizonte de expectativa” e “espaço de experiência” em Koselleck, (2006, p. 133-137). Sobre isso, ver ainda Ricoeur (2007), principalmente a segunda parte da obra dedicada a epistemologia do conhecimento histórico, no tópico destinado as reflexões sobre o tempo histórico (p. 162-170). Sobre as contribuições de Ricoeur e Koselleck ver também Dosse (2001, p. 71-100) e (Cf. BURKE, 2009, p. 91-95) (Cf. KOSELLECK., Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC. Rio, 2006). (Cf. BURKE, Peter. **O historiador como colunista: Ensaio da Folha**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009).

Transmitidas pela ordem natural do tempo cronológico<sup>29</sup>, essas unidades de sentido aparecem como conectores que ligam o antes e o depois da experiência vivida, tornando o evento significado. O passado é, portanto, apreendido pela linguagem sem necessariamente anular seu referente: o vivido. Essa hermenêutica da "condição histórica do ser" assegura a existência do passado apreendido pela narrativa histórica. É neste sentido que fala-se no "retorno ao acontecimento", leia-se, acontecimento significado. O significado do acontecido é o que nos chega da experiência vivida.

Para Koselleck, "reside aí a extrema valorização, como fonte, de uma 'história' transmitida pela tradição, que reproduz um acontecimento a ela contemporâneo". No espaço da experiência vivida no tempo, essas narrações compõem o repertório testemunhal que a história transforma em fontes. A fonte histórica, funciona como conector das experiências passadas por meio da *narrativa histórica*. Um caminho para pensar que a narrativa histórica preenche a *brecha* entre as percepções de um passado vivido e o presente do historiador. Isso porque ela atua na ordem do espaço vivido no tempo, mas por meio de representações que operam na forma de uma linguagem que narra e descreve os acontecimentos passados<sup>30</sup>. Como se a "história" desse a ver a si mesma pelo curso das unidades de sentido fornecidas pela narração histórica<sup>31</sup>, ou seja, como se a experiência vivida só fosse captada por meio dos sentidos que operam sobre ela, ou seja, sobre o "dito" da história.

A narração, para Koselleck, constitui um conector, uma mediação para ligar o "espaço de experiência" com o "horizonte de expectativas", ou seja, funciona para formar um "elo" entre um tempo que não é mais e um tempo que virá por meio da experiência presente. Sobre o "espaço de experiência", pensado enquanto uma categoria conceitual de uso da teoria da história, lembra Koselleck (2010, p. 309) "a experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados". Noutros termos: o espaço de experiência diz respeito a experiência cumulativa do passado que de algum modo chega no presente, através da memória/oralidade, da tradição, das gerações e/ou dos vestígios diversos resultantes dos sentidos atribuídos a experiência vivida e que recebe forma de linguagem. Logo, o que se configura no espaço de experiência dos sujeitos do passado pode ser dito pela história, podendo-se falar em um "veto da fonte" na medida em que, sem que o espaço de experiência seja devidamente transmitido, não há história, leia-se, conhecimento sobre o passado.

Tal categoria, embora de uso da teoria da história, é fundamental para entendermos como a vida dos sujeitos é movida pela percepção de que algo foi vivido, apreendido e que, em um dado presente, assegura certa aprendizagem diante da própria vida. Para o historiador, o espaço de experiência, por assegurar que algo aconteceu, permite contar o passado, já que a experiência cumulativa do vivido chega no presente,

<sup>29</sup> Ver (RICOEUR, 2006, p. 163-170) sobre as datações na apreensão da experiência humana pela ordem do espaço e do tempo.

<sup>30</sup> Leia em Koselleck a dimensão da narrativa histórica enquanto uma representação do que aconteceu no passado. (Cf. KOSELLECK, 2006, p. 134-145).

<sup>31</sup> Ver o emprego da palavra *Geschichte* (história) dentro das mudanças ocorridas no vocabulário da história na Alemanha do século XVIII para se verificar o exemplo paradigmático da dupla direção entre linguagem e mundo, segundo a análise de Koselleck em Ricoeur (Cf. RICOEUR, 2010, p. 352-368.)

atestando que as fontes - vestígios - contém marcas desse vivido, do espaço de experiência, ou seja, do passado que virou presente. Daí falar-se em passado/presente, em que o futuro ganha sentido na categoria de "horizonte de expectativa" uma vez que o acúmulo de experiências no tempo (espaço de experiência) gera, no presente, "expectativas futuras" em relação ao curso da vida. Nessa categoria, o passado, por meio do presente, vira futuro, ou seja, há um entrelaçamento entre futuro/passado por meio do presente.

Dito noutros termos: na compreensão do tempo que se alarga por meio de um "horizonte de expectativas" existe uma mediação, uma transferência na cena da experiência vivida pela ordem do tempo, na qual a expectativa do futuro entrecruza-se por meio da percepção do passado e a vivência do presente. Essa transferência se dá por meio da narrativa, da linguagem. O presente, neste caso, ganha lugar de destaque na mediação entre a experiência rememorada do passado e o horizonte de expectativas do futuro. Tanto a experiência quanto a expectativa relativa ao futuro são inscritas no presente<sup>32</sup>. A experiência e a expectativa movem os sujeitos no tempo e indicam formas particulares de perceberem a sua presença. Dessa relação, Koselleck lança sua hipótese de trabalho, qual seja: "a tomar a narrativa como guardião do tempo, uma vez que não haveria tempo pensado que não fosse narrado"<sup>33</sup>.

**Uma ou duas palavras em termos de considerações finais...** É por meio dessa relação com o tempo que as experiências vividas no passado são transpostas no presente, ou seja, por meio de um continuum que indicam retornos e/ou avanços em direção ao futuro. Isto é, do presente no qual se parte em busca de se (re)conhecer a experiência passada. Como se a narrativa da experiência vivida se sustentasse em descontinuidade(s) que só pudesse(em) ganhar sentido pela(s) continuidade(s) do próprio tempo. Diante da lógica da sucessão temporal, por meio da datação mensurável, "o antes e o depois constituem o horizonte de sentido de uma narrativa"... Isso porque, "a experiência histórica que constitui o evento está necessariamente inserida na sucessão temporal."<sup>34</sup>

Ou seja, dito de outro modo, ao aproximar-se das considerações de Koselleck, Paul Ricoeur nos aponta uma chave para conectarmos tal transferência quando discutiu a dialética existente entre o tempo vivido, tempo cósmico e o tempo histórico para registrar que entre o espaço/tempo experimentado pelos sujeitos no curso da própria vida, corresponde um tipo de inscrição temporal que serve para marcar sua passagem pela ordem do tempo, a saber, a *narrativa histórica*. Ela reabre a temporalidade transcorrida por meio de um *terceiro tempo contado pelo historiador*. Ela é capaz de conectar, reconfigurar, as significações dos fatos passados pelos sujeitos que os viveram e transferi-las pelo curso da temporalidade transcorrida. Fato que nos leva a crer, por outro lado, que a narrativa histórica não é a única forma de narrar - explicar/compreender - a experiência humana na passagem pelo tempo, por outro, é um tipo de relato possível dotada de uma dimensão verificável, qual seja: a convicção de se

<sup>32</sup> Ver (RICOEUR, 2010, p. 353-355) sobre a polaridade mútua existente entre os dois termos (Espaço de Experiência e Horizonte de Expectativa) em Koselleck.

<sup>33</sup> Veja-se Dosse, (Cf. DOSSE, 2001, p. 85.)

<sup>34</sup> (Cf. KOSELLECK, 2006, p. 134).

referir a um tempo vivido. Portanto, é possível afirmar que embora a história seja narrativa, não é um tipo qualquer de narrativa.